corresponda nomeação dentro do novo organismo, dará ingresso no futuro quadro, se nêle houver vaga e se satisfizer às disposições legais em vigor.

§ 3.º O engenheiro agrônomo a que se refere o § 1.º do artigo 3.º d'este diploma será o que presentemente estiver dirigindo a actual Repartição dos Serviços Agrícolas e Florestais da colónia, ou, para tal efeito, se encontrar ou venha a ser nomeado pelo Governo Central.

§ 4.º O pessoal das extintas repartições actualmente contratado transita para a repartição a que se refere o artigo 4.º d'este diploma nas condições dos contratos.

§ 5.º O pessoal dos quadros que por virtude da aplicação do presente decreto venha a ser dispensado passa à situação de adido, nos termos legais.

Art. 6.º Ficam revogados os diplomas legislativos da colónia n.ºs 591, de 13 de Julho de 1931, 593, de 23 do mesmo mês e ano, 791, de 16 de Setembro de 1933.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Para ser publicado no «Boletim Oficial» da colónia da Guiné.

Paços do Governo da República, 1 de Abril de 1935.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*António de Oliveira Salazar*—*Armando Rodrigues Monteiro*.

Decreto n.º 25:204

Considerando o disposto no artigo 13.º do decreto-lei n.º 22:229 e os preceitos da Reforma Administrativa Ultramarina;

Atendendo ao que propôs o governador da colónia de Cabo Verde e ouvido o Conselho Superior das Colónias; Nos termos do disposto no artigo 28.º do Acto Colonial;

Usando da faculdade conferida pelo artigo 10.º da Carta Orgânica do Império Colonial Português, o Ministro das Colónias decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º O quadro do serviço administrativo da colónia de Cabo Verde terá a seguinte composição:

A) Quadro administrativo:

a) Serviços centrais:

- 1 chefe de serviço (intendente de distrito).
- 1 primeiro oficial (administrador de concelho).
- 1 segundo oficial (secretário de administração).
- 1 terceiro oficial (chefe de posto).
- 1 aspirante (aspirante administrativo).

b) Serviços locais:

- 2 administradores de concelho de 1.ª classe.
- 4 administradores de concelho de 2.ª classe.
- 6 administradores de concelho de 3.ª classe.
- 12 secretários.
- 2 chefes de posto.
- 13 aspirantes administrativos.

B) Quadro auxiliar:

a) Serviços centrais:

- 1 porteiro.
- 2 serventes.

b) Serviços locais:

- 31 regedores de freguesia e os cabos chefes julgados indispensáveis, devendo em regra haver um em cada povoação, com os auxiliares necessários, que se denominarão guardas administrativos.

§ 1.º O pessoal do quadro auxiliar perceberá vencimentos como assalariado; mas é gratuito e obrigatório o exercício dos cargos de regedor de freguesia, cabo chefe e guarda administrativo.

§ 2.º A nomeação e dispensa do pessoal do quadro de que trata este artigo é da competência do chefe de serviço respectivo, quanto aos serviços centrais, e dos administradores de concelho, quanto aos serviços locais, observadas as condições e preferências estabelecidas na lei.

§ 3.º Os deveres do pessoal do quadro auxiliar dos serviços centrais são estabelecidos no regulamento da respectiva Repartição Central.

Art. 2.º O pessoal dos serviços locais terá a seguinte distribuição:

Quadro administrativo

Concelhos	Administradores			Secretários	Chefes de posto	Aspirantes
	1.ª classe	2.ª classe	3.ª classe			
Praia	1	—	—	1	—	1
S. Vicente	1	—	—	1	—	1
Fogo	—	1	—	1	1	2
Brava	—	1	—	1	—	1
S. Nicolau	—	1	—	1	—	1
Ribeira Grande	—	1	—	1	—	1
Santa Catarina	—	—	1	1	—	1
Tarrafal	—	—	1	1	—	1
Paúl	—	—	1	1	1	1
Sal	—	—	1	1	—	1
Boa Vista	—	—	1	1	—	1
Maió	—	—	1	1	—	1

Quadro auxiliar

Concelhos	Regedores	Guardas administrativos
Praia	7	3
S. Vicente	2	3
Fogo	4	17
Brava	2	4
S. Nicolau	2	4
Ribeira Grande	4	17
Santa Catarina	2	6
Tarrafal	2	6
Paúl	3	6
Sal	1	3
Boa Vista	2	4
Maió	1	2

§ 1.º O número de guardas administrativos indicados no quadro anterior representa o limite máximo da sua admissão, devendo os lugares ser preenchidos somente à medida das necessidades do serviço.

§ 2.º Em cada concelho, um guarda administrativo prestará serviço como oficial de diligências, tendo direito à comparticipação a que se refere o artigo 543.º da Reforma.

Art. 3.º Aos cargos dos serviços centrais do quadro administrativo são mantidos, até que se faça nova remodelação de vencimentos, os constantes do orçamento da colónia, competindo ao respectivo chefe de serviço os que o orçamento atribue ao director.

Art. 4.º Os vencimentos do pessoal dos serviços administrativos locais continuam a ser encargo das câmaras municipais, comissões municipais ou juntas locais, com excepção dos dos administradores dos concelhos.

Art. 5.º Nos concelhos a que, como instituições municipais, pertençam juntas locais, os secretários das respectivas administrações desempenharão cumulativamente

as funções de chefes de secretaria das juntas. As secretarias das juntas locais são privativas e todo o seu expediente e eserituração correrão distintamente dos da administração do concelho.

Art. 6.º Aos administradores dos concelhos do Sal, Boa Vista e Maio são atribuídas as funções de delegados dos serviços de Fazenda, aduaneiros e de marinha.

§ 1.º Aos secretários dos concelhos neste artigo indicados cabem as funções de recebedores de Fazenda e de tesoureiros das delegações aduaneiras.

§ 2.º Os serviços centrais de fazenda, aduaneiros e a Capitania dos Portos fornecerão aos organismos seus delegados as instruções necessárias para o bom desempenho dos respectivos serviços e fiscalizarão o seu cumprimento.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Para ser publicado no «Boletim Oficial» da colónia de Cabo Verde.

Paços do Governo da República, 1 de Abril de 1935.—
ANTÓNIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Armindo Rodrigues Monteiro*.

Decreto n.º 25:205

Atendendo aos interesses regionais da colónia de Cabo Verde e à sua constituição insular, à natureza dos aglomerados da sua população civilizada e da sua população mercantil e industrial e ainda às necessidades da sua economia, de harmonia com as exigências locais da parte não urbana;

Tendo em vista o disposto no artigo 10.º do decreto-lei n.º 23:229, de 15 de Novembro de 1933, que aprovou a Reforma Administrativa Ultramarina, e o estabelecido nos artigos 4.º e 8.º da mesma Reforma;

Atendendo ao que propôs o governador da colónia de Cabo Verde e ouvido o Conselho Superior das Colónias;

Nos termos do disposto no artigo 28.º do Acto Colonial;

Usando da faculdade conferida pelo artigo 10.º da Carta Orgânica do Império Colonial Português, o Ministro das Colónias decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º A colónia de Cabo Verde divide-se administrativamente em concelhos de 1.ª, 2.ª e 3.ª classe.

§ 1.º São concelhos de 1.ª classe:

a) *Praia* — com sede na cidade da Praia, compreendendo a parte sul da Ilha de Santiago;

b) *S. Vicente* — com sede na cidade do Mindelo, compreendendo toda a Ilha de S. Vicente;

§ 2.º São concelhos de 2.ª classe:

a) *Fogo* — com sede na cidade de S. Filipe, compreendendo toda a Ilha do Fogo;

b) *Brava* — com sede na vila de Nova Sintra, compreendendo toda a Ilha Brava;

c) *S. Nicolau* — com sede na vila da Ribeira Brava, compreendendo toda a Ilha de S. Nicolau;

d) *Ribeira Grande* — com sede na vila de Ponta do Sol, compreendendo a parte norte da Ilha de Santo Antão.

§ 3.º São concelhos de 3.ª classe:

a) *Santa Catarina* — com sede na vila de Assomada, compreendendo a parte central da Ilha de Santiago;

b) *Tarrafal* — com sede na vila do Tarrafal, compreendendo a parte norte da Ilha de Santiago;

c) *Paúl* — com sede na vila das Pombas, compreendendo a parte sul da Ilha de Santo Antão;

d) *Sal* — com sede na vila de Santa Maria, compreendendo toda a Ilha do Sal;

e) *Boa Vista* — com sede na vila de Sal Rei, compreendendo toda a Ilha da Boa Vista;

f) *Maio* — com sede na vila de Pôrto Inglês, compreendendo toda a Ilha de Maio.

Art. 2.º Os concelhos subdividem-se em freguesias, conforme o que em diploma legislativo fôr estabelecido. Em cada freguesia haverá um regedor de freguesia, de nomeação do governador da colónia.

§ único. Os regedores das freguesias exercerão, na parte aplicável, as funções que pelos artigos 67.º a 71.º da Reforma Administrativa Ultramarina são atribuídas aos chefes de pòsto.

Art. 3.º Quando as necessidades do serviço e a conveniência dos povos assim o exigirem, poderão uma ou mais freguesias constituir um pòsto administrativo sob a direcção de um chefe de pòsto.

Art. 4.º Ficam desde já constituídos os seguintes postos administrativos:

1.º *Mosteiros* — no concelho do Fogo, com sede na povoação da Igreja, abrangendo a freguesia de Nossa Senhora da Ajuda;

2.º *Pôrto Novo* — no concelho de Paúl, com sede no Pôrto Novo, abrangendo as freguesias de S. João Baptista e de Santo André.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Para ser publicado no «Boletim Oficial» da colónia de Cabo Verde.

Paços do Governo da República, 1 de Abril de 1935.—
ANTÓNIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Armindo Rodrigues Monteiro*.

Decreto n.º 25:206

Considerando o disposto nos artigos 96.º e 97.º da Carta Orgânica do Império Colonial Português;

Atendendo ao que propôs o governador da colónia de Cabo Verde e ouvido o Conselho Superior das Colónias;

Tendo em vista o disposto no artigo 28.º do Acto Colonial;

Usando da faculdade conferida pelo artigo 10.º da mesma Carta Orgânica do Império, o Ministro das Colónias decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º Os negócios da Administração Central da colónia de Cabo Verde são tratados pelas seguintes repartições centrais e repartições técnicas de serviços:

a) Repartição Central dos Serviços de Administração Civil;

b) Repartição Central dos Serviços de Fazenda;

c) Repartição Central dos Serviços Aduaneiros;

d) Repartição Central dos Serviços de Instrução;

e) Repartição Técnica dos Serviços de Saúde;

f) Repartição Técnica dos Serviços de Obras Públicas, Agrimensura e Cadastro;

g) Repartição Técnica dos Serviços dos Correios e Telégrafos;

h) Repartição Técnica dos Serviços Agrícolas, Florestais e Pecuários;

i) Repartição Militar;

j) Capitania dos Portos.

Art. 2.º Todos os organismos enumerados no artigo anterior têm a sua sede na capital da colónia.

§ único. Transitóriamente a sede da Capitania dos Portos terá a sua instalação na cidade do Mindelo, da Ilha de S. Vicente.

Art. 3.º As repartições indicadas são dirigidas por chefes de serviços e têm a seu cargo todos os assuntos que legalmente sejam da sua competência. Os seus quadros, constituição e funcionamento serão estabelecidos em diploma especial.

§ único. Na Repartição Central dos Serviços de Administração Civil funcionará uma secção de estatística, com